



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CURSO: PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.
*Campus Novo Paraíso***

BIANCA SILVA

**Educação Profissional e Tecnológica e juventude trabalhadora: desafios e
contradições na inserção no mundo do trabalho**

BOA VISTA, RR

2026

BIANCA SILVA

**Educação Profissional e Tecnológica e juventude trabalhadora: desafios e
contradições na inserção no mundo do trabalho**

Trabalho de Conclusão de Curso:
Relatório de Formação apresentado
ao Curso de Pós-Graduação *lato
sensu* em Gestão na Educação
Profissional e Tecnológica, do
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Roraima.

Orientador(a): Abraão Jacinto Pereira

BOA VISTA, RR

2026

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa a inserção dos jovens egressos do ensino médio no mundo do trabalho, considerando as transformações contemporâneas do capitalismo e seus impactos sobre a juventude brasileira. O estudo parte de uma abordagem crítico-dialética, fundamentada em autores da Sociologia do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica, com destaque para as relações entre trabalho, educação e desigualdades sociais. A pesquisa tem como objetivo compreender de que forma as condições estruturais do mercado de trabalho influenciam as trajetórias profissionais dos jovens, especialmente aqueles oriundos das classes populares. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, com análise de obras clássicas e contemporâneas sobre trabalho, educação e juventude, além de dados de instituições como IBGE, IPEA e OIT. Os resultados evidenciam que o desemprego e a inserção precária dos jovens não podem ser compreendidos como fenômenos individuais, mas como expressões de desigualdades estruturais. Conclui-se que a Educação Profissional e Tecnológica desempenha papel relevante na formação e inserção dos jovens no mundo do trabalho, embora seus limites estejam relacionados às condições materiais de permanência estudantil e às contradições do próprio sistema produtivo.

Palavras-chave: juventude; trabalho; educação profissional; desigualdade social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
DESENVOLVIMENTO.....	15
CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS.....	25

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a formação empregatícia de jovens concluintes do ensino médio, considerando sua relevância no processo de inserção qualificada no mercado de trabalho contemporâneo e na mitigação dos índices de desemprego juvenil no contexto brasileiro.

A pesquisa parte da compreensão de que a formação escolar, especialmente em uma sociedade marcada pelas transformações econômicas, tecnológicas e produtivas do capitalismo contemporâneo, não pode limitar-se à transmissão fragmentada de conteúdos, mas deve contemplar a formação integral do sujeito, articulando conhecimentos científicos, competências técnicas, desenvolvimento humano e consciência cidadã.

Nesse sentido, o estudo busca refletir sobre o papel estratégico da EPT enquanto política educacional capaz de responder às demandas históricas da juventude trabalhadora, sobretudo diante das profundas desigualdades sociais que atravessam o acesso à educação, à qualificação profissional e às oportunidades de trabalho digno. O elevado índice de desemprego entre jovens brasileiros, particularmente entre aqueles oriundos das classes populares e desprovidos de qualificação técnica específica, evidencia a necessidade de fortalecimento de políticas públicas educacionais voltadas à formação profissional articulada ao ensino médio, autonomia intelectual e emancipação humana.

A problemática investigada insere-se em um cenário marcado pela crescente competitividade do mercado de trabalho, pela flexibilização das relações laborais e pela exigência de trabalhadores cada vez mais qualificados e adaptáveis às inovações tecnológicas. Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica emerge como uma alternativa relevante para a construção de trajetórias profissionais mais sólidas, ao possibilitar ao estudante o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e socioemocionais indispensáveis ao exercício profissional e à participação ativa na sociedade contemporânea.

Destaca-se, nesse panorama, a importância dos cursos técnicos ofertados por instituições públicas de excelência, como o Instituto Federal de Roraima, cuja proposta pedagógica fundamenta-se na integração entre formação geral e formação técnica, promovendo uma educação voltada à articulação entre teoria e prática. Tais instituições desempenham papel fundamental na democratização do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, oportunizando aos jovens uma formação alinhada às demandas do mundo do trabalho sem perder de vista os princípios da formação humana integral.

Além disso, os Institutos Federais configuram-se como espaços de promoção da cidadania, da inclusão social e da valorização das potencialidades regionais, contribuindo significativamente para o desenvolvimento socioeconômico local e nacional. Fundamentado nas contribuições teóricas de autores discutidos ao longo dos módulos da pós-graduação especialmente aqueles que abordam as relações entre trabalho, educação, juventude e políticas públicas educacionais, o estudo parte da hipótese de que a EPT, quando concebida de maneira crítica, integrada e socialmente comprometida, pode constituir-se em um importante diferencial formativo para os jovens.

Essa modalidade de ensino tende a ampliar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, favorecendo o acesso a empregos mais estáveis e dignos, ao mesmo tempo em que possibilita a continuidade da trajetória acadêmica e profissional, seja por meio do ensino superior, seja por processos permanentes de qualificação.

Ademais, pretende-se compreender em que medida as políticas públicas voltadas à Educação Profissional e Tecnológica têm contribuído para a efetivação do direito à educação e ao trabalho, especialmente para a juventude em situação de vulnerabilidade social. Busca-se, também, analisar criticamente os desafios enfrentados pela EPT no Brasil, tais como a precarização estrutural do trabalho, as desigualdades regionais, a insuficiência de investimentos públicos e as tensões existentes entre formação para o mercado e formação humana emancipatória.

- Objetivo Geral: Analisar de que forma a Educação Profissional e Tecnológica pode contribuir para a formação e inserção profissional de jovens egressos do ensino médio, considerando seus impactos na empregabilidade e nas condições de acesso ao mercado de trabalho.
- Objetivo Específicos: Compreender os principais desafios enfrentados por jovens egressos do ensino médio no processo de inserção no mercado de trabalho.
- Objetivo Específicos: Analisar o papel da Educação Profissional e Tecnológica na qualificação de estudantes para o exercício de ocupações formais e socialmente reconhecidas.
- Objetivo Específicos: Refletir sobre a importância de políticas públicas voltadas à integração entre formação escolar e empregabilidade juvenil.
- Objetivo Específicos: Examinar a importância das políticas de assistência estudantil para a permanência e conclusão dos estudos na Educação Profissional e Tecnológica.

JUSTIFICATIVA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) constitui-se, como uma das principais estratégias de articulação entre formação escolar e inserção no mundo do trabalho, especialmente no que se refere à juventude oriunda das classes populares. Nesse contexto, ter feito esse estudo justifica-se pela necessidade de compreender, de forma crítica, como essa modalidade educacional pode contribuir para a formação e a empregabilidade de jovens egressos do ensino médio, em um cenário marcado por elevadas taxas de desemprego juvenil, precarização das relações de trabalho e intensificação das desigualdades sociais.

Conforme apontam Gaudêncio Frigotto, Ricardo Antunes e Robert Castel, o mundo do trabalho contemporâneo é marcado por processos estruturais de flexibilização, precarização e exclusão social, que atingem de forma mais intensa os segmentos juvenis menos qualificados. Nesse cenário, a EPT assume papel estratégico, embora também contraditório, na mediação entre formação escolar e inserção produtiva. “Há uma crescente expansão de trabalhos precarizados, parciais, temporários e terceirizados, que aprofundam a vulnerabilidade estrutural da classe trabalhadora.” (Antunes, 2020, p. 15).

Do ponto de vista da gestão da educação profissional, autores como Maria Ciavatta e Marise Ramos destacam a importância de uma concepção de formação integrada, que articule trabalho, ciência, tecnologia e cultura, superando a histórica dualidade entre formação geral e formação técnica. Essa perspectiva é fundamental para a análise proposta, uma vez que permite problematizar não apenas a função instrumental da EPT voltada ao mercado, mas também seu potencial formativo enquanto política pública de caráter emancipador. “A formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.” (Ciavatta, 2005, p. 85).

Além disso, conforme Dermeval Saviani, a estrutura educacional brasileira historicamente reproduz uma lógica dual, na qual a formação destinada às classes trabalhadoras tende a ser mais instrumental e voltada à empregabilidade imediata, enquanto a formação das elites assume caráter mais amplo e propedêutico. Essa realidade reforça a importância de investigações que analisem a efetividade da EPT

enquanto política de democratização do acesso ao conhecimento técnico e científico, bem como suas implicações na trajetória educacional e profissional dos jovens.

No âmbito da gestão educacional, especialmente nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, como os Institutos Federais, observa-se um modelo pedagógico que busca integrar formação geral e formação técnica, orientado por princípios de qualidade social e inclusão. No entanto, conforme evidenciado na literatura educacional crítica, a permanência estudantil ainda representa um desafio significativo, sobretudo para estudantes que precisam conciliar estudo e trabalho. Nesse sentido, políticas de assistência estudantil tornam-se fundamentais para garantir não apenas o acesso, mas a efetiva continuidade da trajetória formativa desses sujeitos.

Dessa forma, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar a análise sobre o papel da Educação Profissional e Tecnológica na inserção laboral juvenil, considerando suas potencialidades e limites enquanto política pública. Busca-se, assim, contribuir para o debate acadêmico no campo da gestão da EPT, evidenciando em que medida essa modalidade educacional pode atuar simultaneamente como instrumento de qualificação profissional e como estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais, sem perder de vista seu compromisso com a formação humana integral e com a transformação social.

METODOLOGIA

A presente pesquisa insere-se no campo das investigações de abordagem qualitativa, uma vez que buscou compreender e analisar criticamente as contribuições da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a formação e inserção profissional de jovens egressos do ensino médio. Tal opção metodológica justifica-se pelo fato de que o objeto de estudo não se reduz a variáveis mensuráveis ou estritamente quantitativas, mas envolve dimensões sociais, educacionais e históricas que exigem interpretação aprofundada da realidade, considerando suas contradições e determinações estruturais.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa permite compreender os fenômenos educacionais em sua complexidade, articulando-os ao contexto social em que se inserem. Conforme destaca Gil (2008), a pesquisa qualitativa é adequada quando se busca interpretar significados, relações e processos sociais, especialmente em estudos que envolvem práticas educativas e dinâmicas sociais. Dessa forma, o presente estudo adota uma perspectiva interpretativa e crítica, buscando compreender a relação entre educação, trabalho e juventude a partir de suas determinações estruturais.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória. É descritiva na medida em que busca caracterizar o cenário de inserção dos jovens no mercado de trabalho e o papel da EPT nesse processo; e exploratória, pois visa ampliar a compreensão sobre a articulação entre formação profissional e empregabilidade juvenil, tema ainda atravessado por múltiplas contradições e desafios no contexto brasileiro.

Segundo Gil (2008), pesquisas exploratórias são fundamentais quando o tema ainda demanda maior aprofundamento teórico e sistematização analítica. No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em produções acadêmicas de autores que discutem as relações entre educação, trabalho e juventude, com destaque para Gaudêncio Frigotto, Ricardo Antunes, Dermeval Saviani, Maria Ciavatta e Marise Ramos. Todos autores abordados ao longo dessa especialização.

A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008), é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, como livros, artigos científicos e dissertações, permitindo a construção de uma base teórica sólida para análise do objeto investigado.

A escolha por esse tipo de abordagem justifica - se pela necessidade de compreender a Educação Profissional e Tecnológica não apenas como política educacional isolada, mas como expressão de um projeto histórico mais amplo, relacionado às transformações do mundo do trabalho e às desigualdades sociais. Assim, a análise bibliográfica permite articular diferentes perspectivas teóricas sobre o fenômeno, evidenciando tanto suas potencialidades quanto suas contradições.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa ancora-se em uma perspectiva crítico-dialética, uma vez que busca compreender a realidade educacional a partir de suas contradições internas e de sua inserção nas relações sociais de produção. Essa perspectiva permite superar análises meramente descritivas ou funcionalistas da educação, compreendendo-a como parte de um sistema social marcado por disputas de projetos societários.

Nesse sentido, a EPT é analisada não apenas como instrumento de qualificação para o trabalho, mas como campo de tensionamento entre formação emancipadora e adaptação às demandas do capital. A análise dos dados bibliográficos será realizada por meio de leitura analítica e interpretativa das obras selecionadas, buscando identificar categorias centrais como juventude, trabalho, empregabilidade, precarização, formação integrada e políticas públicas educacionais.

Essas categorias serão articuladas de forma a possibilitar a construção de uma síntese crítica sobre o papel da EPT na inserção profissional dos jovens egressos do ensino médio. Dessa forma, a metodologia adotada busca garantir rigor teórico e coerência analítica ao estudo, permitindo uma compreensão aprofundada do objeto investigado. Ao privilegiar a abordagem qualitativa e bibliográfica, a pesquisa se propõe a contribuir para o debate acadêmico no campo da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente no que se refere às suas implicações sociais, políticas e educacionais na formação da juventude brasileira.

DESENVOLVIMENTO

A inserção da juventude brasileira no mercado de trabalho constitui, historicamente, um dos principais desafios das políticas educacionais e socioeconômicas do país. Tal problemática não pode ser compreendida de maneira isolada ou reduzida a uma questão meramente individual, relacionada à falta de esforço ou preparo dos jovens. Trata-se, na realidade, de uma expressão das contradições estruturais do capitalismo contemporâneo, marcado pela intensificação da precarização das relações de trabalho, pelo desemprego estrutural e pela ampliação das desigualdades sociais.

Conforme Antunes (2018), a precarização estrutural do trabalho constitui uma característica central do capitalismo contemporâneo, marcado pela flexibilização das relações laborais, pela terceirização e pela ampliação da insegurança social dos trabalhadores. Desta maneira, o atual mundo do trabalho caracteriza-se pela instabilidade e pela crescente desproteção social dos trabalhadores, fenômenos que atingem particularmente a juventude das classes populares.

“Essa lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados” (Antunes; Alves, 2004, p. 36).¹

Nesse contexto, os jovens concluintes do ensino médio enfrentam uma realidade contraditória no processo de inserção no mercado de trabalho. Como afirma Saviani (2007), “a escola brasileira se estruturou historicamente de forma dual: uma educação para as elites e outra para os trabalhadores”, o que contribui para a reprodução das desigualdades educacionais e profissionais. Nesse cenário, os jovens concluintes do ensino médio encontram-se diante de uma realidade profundamente contraditória: ao mesmo tempo em que lhes é exigida crescente qualificação profissional, experiência prévia e múltiplas competências técnicas e socioemocionais, são justamente eles os sujeitos com menores oportunidades de

¹ ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

acesso ao trabalho digno e formal. Essa dinâmica produz um movimento perverso de exclusão social, no qual a ausência de experiência impede o acesso ao primeiro emprego, enquanto a ausência de emprego inviabiliza a aquisição da experiência exigida pelo mercado.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2023), o desemprego juvenil no Brasil permanece significativamente superior à média nacional, revelando uma condição estrutural de vulnerabilidade da juventude trabalhadora. Para além dos índices estatísticos, entretanto, essa realidade evidencia aquilo que Castel (1998)² denomina de “processo de desfiliação social”, no qual os indivíduos passam a experimentar formas progressivas de insegurança econômica, fragilidade identitária e exclusão das redes de proteção social.

A problemática torna-se ainda mais complexa quando analisada sob a perspectiva das desigualdades educacionais historicamente construídas no Brasil. Conforme argumenta Saviani (2007), a educação brasileira estruturou-se a partir de uma lógica dualista, oferecendo às elites uma formação intelectual ampla e humanística, enquanto às classes trabalhadoras destinou-se uma educação limitada, instrumental e voltada ao atendimento imediato das demandas produtivas. Essa dualidade histórica repercute diretamente nas oportunidades de inserção profissional da juventude pobre, que frequentemente acessa formas precarizadas de escolarização e trabalho.

Nessa perspectiva, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) emerge como um campo de disputa política e pedagógica. Isso porque sua finalidade pode assumir tanto um caráter emancipador quanto meramente instrumental. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) alertam que a formação profissional subordinada exclusivamente às exigências do mercado tende a reforçar a lógica da adaptação passiva da classe trabalhadora às necessidades do capital. Em contraposição, defendem uma concepção de formação integrada, fundamentada na articulação entre ciência, cultura, tecnologia e trabalho, comprometida com a formação humana integral.

² CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

A noção de trabalho, nesse debate, ultrapassa sua dimensão estritamente econômica. Em Marx (2013), o trabalho constitui categoria fundante da existência humana, elemento por meio do qual o homem produz sua própria realidade material e social.

“O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria.” (Marx, 2004, p. 80). ³

Entretanto, sob as relações capitalistas de produção, o trabalho também se converte em mecanismo de exploração e alienação. Assim, pensar a formação profissional da juventude implica refletir criticamente sobre quais sujeitos a escola pretende formar: trabalhadores apenas adaptáveis às demandas do mercado ou indivíduos capazes de compreender criticamente sua inserção nas relações sociais de produção.

A juventude oriunda das classes populares vivencia, frequentemente, aquilo que Bourdieu (1998)⁴ denomina de violência simbólica, expressa na naturalização das desigualdades sociais e na internalização das limitações impostas pela própria estrutura social. Muitos jovens são levados a acreditar que seu fracasso escolar ou profissional decorre exclusivamente de incapacidades individuais, quando, na realidade, suas trajetórias são profundamente condicionadas pelas desigualdades econômicas, culturais e educacionais.

A organização pedagógica frequentemente baseada na expectativa de dedicação integral aos estudos tende a desconsiderar que parcela expressiva do corpo discente pertence à classe trabalhadora e necessita conciliar formação acadêmica, trabalho e, em diversos casos, longos deslocamentos diários para assegurar sua subsistência e permanência na instituição. No contexto de Boa Vista e dos demais campi (em especial Novo Paraíso, Amajari e Bonfim) do IFRR, essas dificuldades são agravadas pelas limitações de transporte público, pela

³ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

⁴ BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

vulnerabilidade socioeconômica e pela insuficiência de políticas permanentes de assistência estudantil capazes de atender plenamente às demandas dos estudantes. A organização pedagógica frequentemente baseada na expectativa de dedicação intensa e contínua aos estudos tende a desconsiderar que uma parcela significativa do corpo discente pertence à classe trabalhadora e necessita conciliar formação acadêmica e atividade laboral para assegurar sua própria subsistência.

Tal contradição evidencia os limites das políticas de inclusão educacional quando estas não são acompanhadas por condições materiais efetivas de permanência e conclusão dos estudos. Nesse sentido, conforme analisa Miguel Arroyo (2014), não basta garantir o acesso formal à escola; é imprescindível reconhecer os sujeitos concretos que nela ingressam, bem como suas trajetórias sociais, suas vulnerabilidades e as condições objetivas que estruturam suas possibilidades de permanência. Caso contrário, a instituição escolar pode reproduzir formas sutis de exclusão, muitas vezes veladas por discursos meritocráticos que individualizam o fracasso escolar e obscurecem suas determinações estruturais.

“A escola pública recebe sujeitos concretos, com histórias concretas de sobrevivência, trabalho e segregação social. Ignorar essas condições significa responsabilizar os próprios estudantes por trajetórias marcadas pela desigualdade.”(Arroyo, 2014, p. 109).⁵

Sob essa perspectiva, a assistência estudantil não deve ser compreendida como um recurso acessório ou uma política compensatória de caráter secundário, mas como um elemento constitutivo e indispensável à efetivação do direito à educação. A insuficiência de suporte financeiro, associada às condições precárias de vida enfrentadas pela juventude trabalhadora, contribui diretamente para processos de evasão escolar, agravamento de sofrimentos psíquicos e interrupção de trajetórias formativas e profissionais, comprometendo a finalidade social da educação pública.

⁵ ARROYO, Miguel. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Dessa forma, a discussão acerca da Educação Profissional e Tecnológica ultrapassa a dimensão estritamente pedagógica, exigindo a problematização dos projetos societários em disputa no interior das políticas educacionais brasileiras. Trata-se, em última instância, de compreender se a formação profissional será orientada pela lógica da empregabilidade flexível e da adaptação às exigências imediatas do mercado ou, ao contrário, pela construção de uma educação crítica, emancipadora e comprometida com a transformação das estruturas sociais que produzem desigualdade.

A inserção dos jovens egressos do ensino médio no mercado de trabalho constitui uma das expressões mais evidentes das contradições estruturais do capitalismo contemporâneo, especialmente em países marcados por profundas desigualdades sociais, como o Brasil. Nesse cenário, a transição entre escola e trabalho não ocorre de forma linear ou igualitária, mas é atravessada por múltiplos determinantes econômicos, sociais e educacionais que condicionam as possibilidades reais de inserção profissional da juventude.

Conforme analisa Ricardo Antunes, o mundo do trabalho contemporâneo caracteriza-se por processos intensos de flexibilização, terceirização e precarização das relações laborais, fenômenos que atingem de forma mais acentuada os jovens trabalhadores, historicamente inseridos nas ocupações mais instáveis, mal remuneradas e com reduzida proteção social.

Esse contexto evidencia que o desemprego juvenil não pode ser compreendido como resultado de escolhas individuais ou falta de esforço pessoal, mas como expressão de uma estrutura social que produz desigualdades de acesso às oportunidades de trabalho. Nesse sentido, Robert Castel contribui ao demonstrar que a fragilização dos vínculos de trabalho e das redes de proteção social gera processos de vulnerabilização progressiva, nos quais os sujeitos passam a ocupar posições instáveis e periféricas no interior da estrutura social. Trata-se, portanto, de um fenômeno estrutural, no qual a juventude se encontra particularmente exposta aos efeitos da insegurança econômica e da instabilidade ocupacional.

A condição juvenil no Brasil, especialmente entre os egressos do ensino médio, é marcada por uma contradição central: ao mesmo tempo em que se exige crescente qualificação profissional, experiência prévia e domínio de múltiplas competências, são justamente esses jovens os que possuem menor acesso às oportunidades formais de inserção no mercado de trabalho. Essa dinâmica produz um ciclo perverso de exclusão, no qual a ausência de experiência impede o acesso ao primeiro emprego, enquanto a ausência de emprego inviabiliza a aquisição da experiência exigida. Essa realidade reforça a necessidade de políticas educacionais que articulem formação escolar e qualificação profissional de forma integrada.

No campo educacional, essa problemática se relaciona diretamente com a histórica dualidade estrutural da educação brasileira. Conforme Saviani, o sistema educacional brasileiro consolidou-se a partir de uma lógica dual, na qual se destinou às classes trabalhadoras uma formação instrumental e imediatista, enquanto às elites foi reservada uma formação mais ampla, intelectual e propedêutica. Essa estrutura histórica contribui para a reprodução das desigualdades sociais, na medida em que limita as possibilidades de acesso das camadas populares a formas mais qualificadas de inserção profissional.

Conforme destacam Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos, a EPT não pode ser reduzida a uma lógica de adaptação às demandas imediatas do mercado de trabalho, mas deve ser compreendida como uma proposta de formação humana integral, que articula trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Essa perspectiva crítica busca superar a histórica separação entre formação geral e formação técnica, propondo uma educação voltada à compreensão ampla das relações sociais e produtivas.

Para Frigotto (2005), a educação não pode ser concebida como instrumento de mera adequação ao mercado, mas como um direito social fundamental, atravessado por disputas entre projetos societários distintos. Nesse sentido, a EPT assume papel ambíguo: ao mesmo tempo em que pode funcionar como mecanismo de qualificação para o trabalho, também pode ser apropriada por uma lógica neoliberal de formação voltada exclusivamente à empregabilidade e à adaptação às exigências do capital. Essa tensão evidencia a necessidade de análise crítica das políticas educacionais voltadas à formação profissional da juventude.

A noção de formação integrada, desenvolvida por Ciavatta (2005) e Ramos (2008), constitui uma alternativa teórico-metodológica a essa lógica fragmentada. Para essas autoras, a integração entre formação geral e formação técnica deve possibilitar ao estudante a compreensão da realidade social em sua totalidade, superando a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Trata-se de uma perspectiva que busca garantir não apenas a inserção no mercado de trabalho, mas também a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e intervir na realidade social.

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, especialmente nos Institutos Federais, essa proposta de formação integrada se materializa em um modelo pedagógico que articula ensino médio e educação profissional. No entanto, sua efetividade encontra limites concretos relacionados às condições materiais de existência dos estudantes. Grande parte dos discentes pertence à classe trabalhadora e necessita conciliar estudo e trabalho para garantir sua subsistência, o que impõe desafios significativos à permanência escolar e ao aproveitamento pleno da formação ofertada.

Essa contradição revela que o acesso à educação, por si só, não é suficiente para garantir igualdade de oportunidades. Conforme analisa Miguel Arroyo, é fundamental reconhecer os sujeitos concretos que compõem a escola pública, bem como suas condições reais de vida, suas trajetórias sociais e suas vulnerabilidades. Caso contrário, a instituição escolar pode acabar reproduzindo mecanismos sutis de exclusão, frequentemente mascarados por discursos meritocráticos que responsabilizam individualmente os estudantes pelo sucesso ou fracasso escolar.

Nesse sentido, a assistência estudantil assume papel fundamental na garantia da permanência e da conclusão dos estudos na EPT. No entanto, quando insuficiente ou desarticulada das necessidades reais dos estudantes, essa política tende a não cumprir plenamente sua função social. A precarização das condições de vida da juventude trabalhadora, associada à insuficiência de apoio institucional, contribui para processos de evasão escolar, adoecimento psíquico e interrupção de trajetórias formativas e profissionais. “A educação é um campo de disputa entre projetos societários antagônicos, expressando interesses de classes sociais distintas.” (Frigotto, 2010, p. 25).

Dessa forma, a análise da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil exige uma compreensão ampliada de seus determinantes estruturais, institucionais e sociais. Mais do que uma política de formação para o trabalho, a EPT deve ser compreendida como um espaço de disputa entre diferentes projetos de sociedade. De um lado, uma perspectiva orientada pela lógica da empregabilidade flexível e da adaptação às exigências do mercado; de outro, uma concepção crítica e emancipadora de educação, comprometida com a formação humana integral e com a redução das desigualdades sociais.

Assim, a discussão sobre a EPT implica refletir sobre o próprio modelo de desenvolvimento social brasileiro e sobre as possibilidades reais de construção de uma educação pública que não apenas insira jovens no mercado de trabalho, mas que também contribua para sua formação crítica, cidadã e emancipatória. Nesse horizonte, a educação profissional deixa de ser compreendida apenas como mecanismo de qualificação técnica e passa a ser entendida como dimensão fundamental da luta pelo direito à educação e pela transformação das estruturas sociais que produzem desigualdade.

REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo fundamenta-se em uma perspectiva crítico-dialética da educação, articulando contribuições da Sociologia do Trabalho e do campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com ênfase na compreensão das relações entre juventude, trabalho e desigualdades sociais. Parte-se do entendimento de que a inserção dos jovens no mercado de trabalho não pode ser analisada como um fenômeno isolado ou meramente individual, mas como expressão das contradições estruturais do modo de produção capitalista e de suas implicações sobre as políticas educacionais.

Nesse contexto, a análise do mundo do trabalho contemporâneo é central para a compreensão do objeto de estudo. Conforme destaca Ricardo Antunes, o capitalismo contemporâneo tem se caracterizado por profundas transformações nas relações laborais, marcadas pela flexibilização, terceirização e intensificação da precarização do trabalho.

Para o autor, tais mudanças não representam apenas adaptações conjunturais, mas constituem elementos estruturais de um modelo produtivo que amplia a insegurança e a instabilidade da classe trabalhadora, atingindo de forma mais intensa os segmentos juvenis, frequentemente inseridos em ocupações de baixa qualificação e reduzida proteção social.

Sob essa mesma perspectiva, Robert Castel contribuiu para a compreensão dos processos de vulnerabilização social ao analisar a fragilização dos vínculos de trabalho e das redes de proteção social. O autor destacou que a instabilidade laboral não se restringe à ausência de emprego, mas se configura como um processo mais amplo de “desfiliação social”, no qual os sujeitos são progressivamente afastados das condições que garantem integração social, segurança econômica e reconhecimento social. Tal abordagem permite compreender a situação da juventude brasileira como parte de um processo estrutural de precarização e exclusão.

No campo educacional, a discussão sobre a Educação Profissional e Tecnológica é atravessada pela histórica dualidade do sistema educacional brasileiro. Conforme analisa Dermeval Saviani, a educação no Brasil estruturou-se de forma desigual, destinando às classes trabalhadoras uma formação de caráter instrumental e pragmático, enquanto às elites foi reservada uma formação mais ampla e intelectualizada. Essa dualidade histórica contribui para a reprodução das desigualdades sociais e para a limitação das possibilidades de mobilidade social da juventude oriunda das classes populares.

Diante desse cenário, autores como Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos defendem a perspectiva da formação integrada como alternativa à lógica fragmentada da educação profissional tradicional. Essa concepção propõe a articulação entre formação geral e formação técnica, superando a separação entre trabalho manual e intelectual e promovendo uma formação humana integral. Nessa abordagem, a EPT não se restringe à preparação para o mercado de trabalho, mas se constitui como espaço de formação crítica, científica e cultural. “A formação integrada pressupõe a superação da dicotomia entre formação geral e formação técnica, articulando trabalho, ciência, tecnologia e cultura.” (Ramos, 2014, p. 87).

Para Frigotto, a educação não pode ser compreendida como mero instrumento de adaptação às exigências do capital, mas como um campo de disputa entre projetos societários distintos. Nesse sentido, a formação profissional pode assumir tanto um caráter emancipador quanto uma função de reprodução das desigualdades sociais, dependendo de sua orientação político-pedagógica. Já Ciavatta e Ramos reforçam que a integração curricular é condição fundamental para a superação da fragmentação do conhecimento e para a construção de uma educação comprometida com a formação omnilateral do sujeito.

Assim, o referencial teórico adotado evidencia que a Educação Profissional e Tecnológica deve ser analisada em sua relação intrínseca com o mundo do trabalho e com as desigualdades sociais que estruturam a sociedade brasileira. Ao articular os aportes da Sociologia do Trabalho e da Pedagogia Crítica, este estudo busca compreender a EPT não apenas como política educacional, mas como campo de disputas ideológicas, sociais e econômicas, no qual se confrontam diferentes projetos de formação humana e de sociedade.

CONCLUSÃO

Diante das discussões desenvolvidas ao longo deste estudo, tornou-se evidente que a inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho ocorre em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, precarização das relações laborais e exigências crescentes de qualificação profissional. Observa-se que os jovens egressos do ensino médio, especialmente aqueles oriundos das classes populares, enfrentam dificuldades significativas para acessar ocupações formais e estáveis, sendo frequentemente direcionados a postos de trabalho de baixa remuneração, elevada exigência física e reduzidas perspectivas de progressão profissional.

Esse cenário contribui para a reprodução de um ciclo de exclusão social, no qual a inserção precoce em atividades laborais precarizadas compromete não apenas o desenvolvimento profissional dos jovens, mas também a continuidade de suas trajetórias educacionais. Nesse sentido, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) emerge como uma alternativa relevante, ao possibilitar a articulação entre formação escolar e qualificação técnica, ampliando as possibilidades de inserção qualificada no mundo do trabalho.

Como discutido a partir de Gaudêncio Frigotto, a educação profissional não deve ser reduzida a uma resposta imediata às demandas do mercado, mas compreendida como um direito social e como espaço de formação humana integral. Nessa perspectiva, a EPT assume um papel estratégico na formação da juventude, ao integrar conhecimentos científicos, técnicos e culturais, contribuindo para uma compreensão mais ampla da realidade social e das relações de trabalho.

Experiências como as desenvolvidas pelo Instituto Federal de Roraima (IFRR) demonstram a relevância das políticas de educação profissional na promoção de oportunidades concretas de qualificação para jovens em diferentes áreas técnicas. Ao oferecer formação integrada ao ensino médio, tais instituições possibilitam que os estudantes concluam sua trajetória escolar com uma qualificação profissional reconhecida, o que pode favorecer sua inserção inicial no mercado de trabalho e ampliar suas possibilidades de mobilidade social.

No entanto, conforme ressalta Marise Ramos, a EPT deve ser compreendida também em sua dimensão crítica e emancipadora, não se limitando à preparação técnica, mas promovendo a formação de sujeitos capazes de interpretar e intervir na realidade social. Dessa forma, a educação profissional ultrapassa sua função instrumental e se insere em um projeto mais amplo de formação humana, social e política.

Portanto, conclui-se que a Educação Profissional e Tecnológica, quando concebida de forma integrada ao ensino médio e orientada por uma perspectiva crítica, pode contribuir significativamente para a inserção qualificada dos jovens no mundo do trabalho e para a redução das desigualdades sociais. Entretanto, sua efetividade depende não apenas de sua estrutura curricular, mas também de condições materiais de permanência estudantil e de políticas públicas que garantam o direito à educação de forma plena e igualitária.

Assim, a investigação proposta reforça a importância de se compreender a EPT não apenas como estratégia de empregabilidade, mas como instrumento de transformação social, capaz de articular formação técnica, consciência crítica e ampliação das oportunidades de vida da juventude brasileira.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil: história, políticas e desafios*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 25-50.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do trabalho: realidade, tendências e perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 ago. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Juventude e mercado de trabalho: notas sobre desigualdades persistentes**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 04 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA (IFRR). **Cursos técnicos ofertados. Boa Vista: IFRR, 2025**. Disponível em: <https://www.ifrr.edu.br>. Acesso em: 05 abril. 2026.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Tendências mundiais do emprego juvenil 2023**. Genebra: OIT, 2023. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 09 abril. 2026.

RAMOS, Marise. **Educação profissional e tecnológica: políticas públicas, trajetórias e desafios**. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.